

A participação do Observatório Nacional na União Astronômica Internacional: instrumentos da diplomacia (1919-1938)

Raquel dos Santos Oliveira *

Resumo: O ano de 1919 foi marcado pela criação de organizações internacionais que visavam, dentre outros objetivos, contribuir para a manutenção da paz. A inserção do Brasil nestas novas organizações do período entreguerras, é analisada neste trabalho através de sua participação na União Astronômica Internacional (IAU), que teve início em 1922. O posicionamento do Brasil no cenário geo-político da década de 1920, como liderança na América Latina e requerente de um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, torna o ingresso na IAU um mecanismo de visibilidade de âmbito internacional. Portanto, neste trabalho, procuramos desenvolver a hipótese de que a participação do Brasil em uma sociedade científica internacional no período entreguerras deve levar em conta a política externa do período, e a busca do Brasil por um assento permanente no Conselho da Liga das Nações.

Palavras-chave: entreguerras, organizações internacionais, instituições científicas

Abstract: The Year of 1919 was marked by the creation of international organizations that envisaged, among other purposes, contributing to the maintenance of peace. Brazil's insertion in these new organizations of the interwar period is analyzed here through its participation in the International Astronomy Union (IAU), which began in 1922. Brazil's position, as a leading country in Latin America, in the geo-political scenery of the 1920's, and as a postulant of a permanent seat at the League of Nations, turned the ingress at the IAU into a mechanism of international visibility. Therefore, through this work we aim at developing the hypothesis in which the participation of Brazil in an international scientific society in the interwar period must take into account the Foreign Affairs policies conducted in the said period, and Brazil's request for a permanent seat on the League of Nations Council.

Keywords: interwar, international organizations, scientific institution

Introdução

O fim da Primeira Guerra Mundial abriu espaço para a criação de diversas organizações internacionais, que tinham como um de seus principais objetivos garantir a manutenção da paz firmada através do Tratado de Versalhes (1919). A criação da Liga, ou Sociedade das Nações, assim como do Conselho Internacional de Pesquisa (IRC) e da União Astronômica Internacional (IAU) em 1919, esteve pautada nesta ideia. A Liga das Nações surgia como uma instituição multilateral, que se opunha ao antigo sistema europeu, na qual o

* Bolsista DTI 7 G – MAST/ MCT do projeto “O Brasil e a Cooperação Internacional em Astronomia”, orientado pela pesquisadora Christina Helena da Motta Barboza (MAST). Bacharel em história.

direito deveria se impor sobre o poder. Por outro lado, a criação do IRC e da IAU visava regular e centralizar os trabalhos feitos por diferentes instituições científicas de diferentes países.

O objeto de estudo deste trabalho é a participação brasileira na IAU entre os anos de 1922, ano em que fez sua adesão, e 1938, ano em que encerrou seus trabalhos e se desligou desta organização. Deste modo, buscamos analisar a inserção do Brasil no cenário geopolítico internacional através da cooperação científica estabelecida no pós-guerra. Entendemos que a entrada do Brasil para a IAU foi uma tentativa de ganhar espaço na política internacional, com a premissa de despontar como uma liderança na América Latina e garantir um assento permanente no conselho da Liga das Nações. Impulsionado por esses objetivos o Itamaraty reforçou a presença do governo brasileiro no cenário internacional através de sua inserção nas novas instituições científicas internacionais que se formaram no pós-guerra.

A criação das novas organizações internacionais no pós-Primeira Guerra Mundial

Logo após o final da guerra, cientistas e intelectuais de vários países começaram a ver a nova ordem mundial como algo desfavorável para suas atividades e para o desenvolvimento futuro de suas áreas. Algumas lideranças de comunidades científicas nacionais começaram discutir a necessidade de algum tipo de instituição internacional que substituísse as organizações anteriormente existentes, extintas com a guerra. Os principais atores que tornaram possível a criação destas novas organizações foram alguns dos mais renomados astrônomos da época.

As primeiras ações rumo à criação de um novo tipo de organização ocorreram em 1916 nos EUA, quando George Hale (1868-1938) e um grupo de cientistas da National Academy of Sciences tomaram a iniciativa de se oferecer para colaborar com o governo nos assuntos ligados à guerra. Neste mesmo ano, como resultado desta iniciativa, foi criado em caráter provisório o National Research Council, que em 1918 seria designado como permanente. O presidente deste conselho era Hale, que possuía uma forte tendência para aliar a ciência aos interesses da indústria. Em meados de 1917, Arthur Schuster (1851-1934), secretário da Royal Society, convocou uma assembleia para a discussão sobre a criação de uma associação internacional científica. Pouco tempo depois, William Campbell (1862-1938), diretor do Observatório de Lick e futuro reitor da Universidade da Califórnia, divulgou um manifesto com o mesmo objetivo. Hale ao mesmo tempo fez circular uma carta de Émile

Picard¹ (1856-1941), secretário perpétuo da Academia de Paris desde 1917, na qual ele mencionava a necessidade da criação de uma associação internacional. Em abril de 1918, a National Academy of Sciences tomou a frente e apresentou seu projeto para a criação de uma organização internacional. Este projeto possuía grande inspiração nas ideias de Hale. Da divulgação desta proposta até a realização da primeira assembleia para tratar do tema, em outubro de 1918, o que se seguiu foi uma extensa troca de correspondências entre os principais envolvidos, incluindo o presidente dos EUA, Woodrow Wilson (1856-1924). Após este período de discussões, ocorreram três conferências para a organização da nova associação internacional. A primeira conferência ocorreu em Londres, entre 09 e 12 de outubro de 1918. Composta por membros das Academias de Ciências e outros tipos de organizações semelhantes, esta conferência contou com a participação do Brasil. A segunda conferência foi realizada no mesmo ano entre os dias 26 e 29 do mês de novembro, na cidade de Paris. Nesta reunião surgiu o nome International Research Council e foi cogitada a possibilidade de serem criadas associações específicas.

O IRC nasceu como uma organização internacional, a partir da terceira conferência, que aconteceu em Bruxelas, entre 18 e 28 de julho de 1919. Esta conferência contou com a participação de 200 delegados. Sua fundação ocorreu não apenas a título de facilitar o intercâmbio científico entre os aliados, mas principalmente de ligar a ciência ao poder, através da colaboração dos cientistas com a indústria.

Em seus estatutos as nações da Tríplice Aliança eram boicotadas, assim como os países que durante a guerra se declararam neutros. Este tipo de restrição fez com que o IRC enfrentasse dificuldades para se tornar um organismo genuinamente internacionalista. O fato de existirem restrições quanto à entrada das Potências Centrais colocava o IRC ao lado de organizações como a Liga das Nações. Criada em 1919, a Liga das Nações se baseava nos 14 pontos do presidente dos EUA, William Woodrow, entretanto mais do que uma organização composta pelos países beligerantes que buscavam evitar novos conflitos, ela tinha como propósito inicial isolar a Alemanha. No interior destas organizações o que se via era a reprodução das tensões herdadas da Primeira Guerra. No caso do IRC, esta herança se tornou o maior entrave para a sua consolidação como uma organização verdadeiramente internacional. Este entrave foi resolvido durante a conferência de Bruxelas, em julho de 1931, quando o IRC passou a se chamar International Council of Scientific Unions (ICSU) e adotou

¹ Émile Picard havia perdido um filho durante a Primeira Guerra, ele se tornou um grande opositor a entrada dos alemães no IRC e na IAU.

medidas menos restritivas, passando a atuar mais como um elo entre as associações científicas. Seus novos estatutos definiam um papel mais restritivo do que aquele desempenhado pelo IRC.

A concepção de uma ciência internacional sem internacionalismo gerou organizações internacionais em disciplinas específicas onde é possível verificar uma cooperação funcional², como foi o caso da IAU. O seu principal objetivo era promover o estudo da Astronomia em todas as suas instâncias, bem como facilitar a cooperação internacional em projetos da área onde fosse necessário. Os critérios para ingressar na IAU passavam pelo que o IRC determinava em seus estatutos. A IAU possuía seus próprios estatutos, entretanto estes deveriam estar de acordo com os estatutos do IRC. Esta determinação acarretou num problema que perdurou por algum tempo, principalmente nos primeiros anos da IAU. Segundo o IRC, a participação das chamadas potências centrais – Alemanha, Áustria-Hungria e Império Otomano – estava vedada. Entre os países membros da IAU neste momento de criação estavam alguns dos países aliados na guerra recém-concluída: Bélgica, França, Grã-Bretanha, Canadá, Grécia, Japão e Estados Unidos. Os países neutros na guerra eram considerados aptos a ingressar, como era o caso da Argentina, assim como uma lista de outros países, entre os quais estava incluído o Brasil. O problema que se configurou foi o posicionamento favorável de alguns membros à entrada de cientistas alemães na IAU, como era o caso da Academia de Ciências da Holanda. Esta corrente era favorável, pois a astronomia alemã era uma das mais avançadas da época. A discussão sobre a entrada da Alemanha na IAU foi um problema que perdurou por muito tempo. Mesmo depois da criação do ICSU, a Alemanha não aderiu de imediato à IAU, entrando somente em 1951.

A IAU estava longe de ser o altar do internacionalismo. As disputas internas entre seus membros sobre a permissão da entrada das potências centrais, principalmente a Alemanha, refletia o quadro de tensão do período entreguerras. Portanto, a realidade das organizações internacionais e da ciência estava muito distante do que acreditava o secretário geral da IAU (1932-1935), F. J. M. Stratton (1881-1960), que ressalta na seguinte afirmação o caráter internacional da ciência.

² Cooperação funcional “se refere à cooperação em uma área temática específica e pode ter abrangência universal, ou apenas regional” (HERZ & HOFFMAN 2004, p. 132.)

Science is by nature truly international. It knows no boundaries, no distinction of nationality nor of race. The work of the investigator in London is placed freely at the disposal of his colleagues in Leningrad or California, while he builds up his investigation on a foundation laid in Paris or Tokyo. In this sense, in the free exchange of knowledge and theories, astronomy shares in the general freedom of science from national limitations. (STRATTON, 1934: 361)

O Brasil na IAU

O primeiro presidente da IAU foi Benjamin Baillaud (1848-1934), diretor do Observatório de Paris e um dos fundadores do Bureau Internacional da Hora. Ao contrário do que ocorre hoje em dia, quando a IAU possui cerca de 9.800 membros individuais, na época essa modalidade de associação não estava prevista, mas apenas a associação de países que se fariam representar por organizações científicas nacionais, como as Academias Nacionais de Ciências, as Sociedades Nacionais de Astronomia e os chamados Comitês Nacionais de Astronomia, que deveriam ser criados em cada país-membro.³ Quando o Brasil foi convidado para fazer parte da IAU, ele ainda não possuía um comitê nacional de astronomia. Entretanto, já existia a Academia Brasileira de Ciências⁴ que, ao receber os convites para participar das assembleias destas organizações, encaminhou ao governo brasileiro uma moção solicitando que o Brasil enviasse um representante. Portanto, a filiação do Brasil na IAU, em 1922, se deu através do governo brasileiro. Henrique Charles Morize (1860-1930), astrônomo e diretor do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, foi nomeado por José Pires do Rio, então ministro da agricultura, indústria e comércio, para representar o Brasil nesta organização, tendo viajado em 1922 para participar da primeira Assembleia Geral que ocorreu em Roma.

A IAU possuía um comitê executivo que era escolhido a cada três anos por meio de uma eleição durante a Assembleia Geral da IAU, que é trienal. Este comitê, inicialmente, era composto pelo presidente, vice-presidentes e secretário geral. Estavam previstas Comissões Permanentes que deveriam tratar de estudos especializados de diferentes ramos da astronomia, apoiar pesquisas coletivas e promover a discussão de questões referentes a acordos ou padronizações internacionais. Foi aprovada em 1919, a criação de 32 comissões. Já na primeira assembleia (1922), algumas destas comissões foram descontinuadas, a destacar a Comissão Permanente de número 13 (responsável por Expedições Astronômicas) e 32

³ Além da participação em caráter individual, o Brasil está representado na IAU, desde 1961, pelo CNPq. O Comitê Brasileiro de Astronomia atualmente é presidido por Daniela Lazzaro, do Observatório Nacional.

⁴ A Academia Brasileira de Ciências foi fundada em maio de 1916 com o nome de Sociedade Brasileira de Ciências, sendo que em 1921, seu nome foi modificado para o nome que leva até hoje. Cabe ressaltar que Henrique Morize foi, junto a outros importantes cientistas da época, um dos fundadores desta instituição.

(Reforma do Calendário). Da mesma forma, ao longo dos quase 90 anos de IAU, outras Comissões Permanentes foram criadas e outras permaneceram.

A primeira Assembleia Geral da IAU ocorreu entre dois e dez de maio de 1922, em Roma. Ao fim desta assembleia, a IAU era composta por 26 comissões permanentes, 207 membros e 19 países-membros. Foi durante esta assembleia que o Brasil tornou-se membro da IAU. Durante o período em que o Brasil fez parte desta organização ocorreram seis assembleias, sendo que, somente nesta primeira, foi enviado o diretor do Observatório Nacional, Henrique Morize (1860-1930) como representante brasileiro.

Inicialmente, o Brasil fez parte da Comissão 8, sobre astronomia meridiana. Nos relatórios desta comissão não aparece nenhuma contribuição brasileira, consta apenas o nome de Henrique Morize como membro. Nos anais da IAU de 1925, o Brasil aparece representado pelo diretor do Observatório Nacional, como membro da Comissão 19 sobre variação da latitude.

A partir de abril de 1924 o serviço de variação de latitudes se estabeleceu no Observatório Nacional, sob a responsabilidade de Lélío Gama (1892-1981). Desde 1922, existia no Observatório Nacional, um serviço para a determinação da latitude do novo observatório, em S. Januário, que era feita com a luneta zenital Heyde. Lélío Gama propôs a Henrique Morize que, conjuntamente a esta determinação da latitude local, fosse criado um serviço de latitude, com a finalidade de colaborar com o Serviço Internacional de Latitude nas pesquisas sobre os deslocamentos do pólo. A luneta utilizada pelo Observatório, “destinava-se especialmente, pela sua aperfeiçoada construção, à medida das variações de latitude, preenchendo, para este fim, todos os requisitos da técnica moderna. Tanto na forma como nas dimensões, era exatamente do tipo adotado no Serviço Internacional de Latitude.” O Serviço Internacional de Latitude apresentava relatórios durante as assembleias gerais da IAU. Logo, quando o Brasil passou a efetuar essas observações, seus relatórios anuais eram enviados para o Serviço Internacional de Latitude, que durante a assembleia da IAU, mencionava o desenvolvimento deste serviço no Brasil.

A conjuntura da década de 1920 favorecia este tipo de iniciativa, que Lélío Gama teve em relação ao serviço de variação da latitude. O que estava sendo feito era ligar a atividade científica nacional, de um serviço específico, à agenda internacional de pesquisas. Foram estas novas formas de atividade científica que facilitaram a reorganização da cooperação científica internacional. De 1924 a 1931 o Observatório Nacional conseguiu levar a cabo uma

rotina sistemática de observações que ganharam reconhecimento internacional, por ser este o único observatório do hemisfério sul a realizar tal estudo, ao menos até 1928, quando o Observatório de Córdoba (Argentina) começou a efetuar observações.

Durante a assembleia geral da IAU, que foi realizada em julho de 1925, em Cambridge (Inglaterra), o presidente da Comissão 19, Hirashi Kimura (1870-1943) elogiou o Observatório Nacional, afirmando que importantes contribuições para o estudo da variação da latitude viriam deste observatório. Entre os anos de 1924 e 1930, existiu um intenso contato através de cartas entre Lélío Gama e o presidente da Comissão 19. Todos os anos em que este serviço esteve vigente, foram produzidos relatórios sobre estas atividades e enviados para Hisachi Kimura, que sempre respondia fornecendo dados e orientando Lélío Gama. O total de observações feitas foi de 14.181, desde abril de 1924 a julho de 1931. A partir de 1931, Lélío Gama se dedicou a realização da redução destes dados e a publicação de trabalhos sobre o tema.

Considerações finais

A política externa brasileira na década de 1920, ou pelo menos até meados daquela década esteve marcada pela sua participação na Liga das Nações e particularmente pelo pleito de um assento permanente no conselho da Liga.

A nova configuração da ordem internacional, com a Liga das Nações em seu núcleo, era percebida como a onda do futuro no sistema internacional. Para a elite brasileira de política externa, a busca por uma posição de poder central no novo tabuleiro multilateral foi essencial na definição da grande estratégia do país, que orientaria suas estratégias e táticas diplomáticas para a nova ordem.
(BARACUHY, 2006: 374)

Neste contexto a entrada do Brasil para a IAU, em 1922, cumpria um papel importante dentro da estratégia diplomática que o Itamaraty adotara no intuito de inserir o Brasil na nova ordem internacional. Dar visibilidade ao Brasil em outras instâncias do cenário internacional, contribuiria para a legitimação da ideia de uma nação que estava pronta para representar a América nesta posição de poder central. Logo na primeira sessão formal do Conselho da Liga, na qual os EUA não participaram, o Brasil se acreditou representante do continente americano na Liga. Entretanto, foi somente em 1923, sob o governo de Artur Bernardes (1922-1926), que o Brasil iniciou uma busca obstinada pelo assento permanente no Conselho. Para isso, em 1924, é criada uma Delegação Permanente junto à Liga, com caráter de embaixada, na qual

Afrânio de Mello Franco foi nomeado chefe. Mesmo com toda essa mobilização, o Brasil não encontrava respaldo nos países vizinhos. A prerrogativa de fazer parte do Conselho da Liga num assento temporário e ser reeleito todas as vezes em que se candidatou, não lhe conferiu legitimidade o suficiente para conseguir o assento permanente.

Ao invés de garantir uma liderança na América Latina, abriu-se espaço para a reafirmação da disputa entre as nações latinoamericanas, que a partir de 1925 começaram a fazer pressões por um revezamento do assento de membro temporário do Conselho. Em 1926, após o veto à entrada da Alemanha, sem apoio tanto na Europa quanto na América, o Brasil saíria da Liga das Nações criticando o modo como a Liga havia conduzido esta questão. A partir daí a participação brasileira na IAU, que até então tinha sido relevante, começou a esmorecer. A falta de calculadores para o prosseguimento do trabalho realizado no Serviço de Variação de Latitude do Observatório Nacional, inviabilizou a manutenção deste serviço. Essa reformulação na postura da diplomacia brasileira culminou em 1938 com a retirada do Brasil da IAU.

Portanto, a entrada do Brasil na IAU esteve orientada por uma política externa que visava ganhar espaço no cenário geo-político internacional. A partir da interpretação de que a colaboração efetuada entre o Observatório Nacional e a IAU foi um instrumento diplomático utilizado pela diplomacia brasileira, é possível compreender a saída brasileira desta organização em 1938.

Bibliografia

Arquivos e fontes primárias

Fundo Henrique Morize – Acervo MAST

Fundo Lélío Gama – Acervo MAST

Transactions of the Union Astronomical Society, vol. I ao VI – Observatório Nacional.

Bibliografia citada e obras consultadas

BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 28 nº2, jul/dez 2006.

BLAAUW, Adriaan. *History of the IAU: The birth and first half-century of the International Astronomical Union*. Holanda: Kluwer Academic Publishers, 1994.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. 2ªed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

_____. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora UNB; FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), 2006.

HERZ, Mônica e HOFFMAN, Andrea R. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. Cap.4

LANDSTRÖM, Catharina. Internationalism between two wars. In_ELSINGA, Aart; Landström, C. (eds.). *Internationalism and science*. London: Taylor Graham, 1996.

MORAIS, Abraão de. A astronomia no Brasil. In: Azevedo, Fernando de. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1994. vol.1 p. 99-189.

MORIZE, Henrique. *Observatório Astronômico: um século de história (1827-1927)*. Rio de Janeiro: MAST e Salamandra, 1987.

Revista de ciencias, vol. VI. Rio de Janeiro: jan-dez. 1922. p.94

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte. *Les scientifiques et La Paix; La communauté scientifique internationale au cours des années 20*. Montreal: Les Presses de l'université de Montreal, 1978.

STRATTON, F.J.M. *International Co-operation in Astronomy: A Chapter of Astronomical History*. Monthly Notices of Royal Astronomical Society, vol. 94 (4), fev.1934.

SUPPO, Hugo Rogelio. Ciência e Relações Internacionais. *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol. 1, nº 1, jan/jun. 2003.p. 6-20.

